

O ENSINO DA FILOSOFIA: CONCEITOS E JUSTIFICATIVAS

Pedro Braga Gomes*

RESUMO: Este artigo consiste numa reflexão acerca do retorno das ciências humanas na formação do jovem no ensino médio. Sendo de competência da escola o fornecimento, por algum caminho apresentar os mapas de mundo complexo e muito agitado.

PALAVRAS CHAVES: Filosofia, Ensino Médio, Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT: *This is a discussion about the return of humanities in the training of the young in high school. As the competence of the school supply, by some way, make the complex world of maps and very agitated.*

KEY-WORDS: *Philosophy, Secondary Education, Teaching and Learning.*

Quando lecionamos Filosofia no Ensino Médio, duas questões surgem, de modo praticamente infalível e incontornável, nas mentes e na fala dos alunos adolescentes. A primeira é: “O que é Filosofia?” O título de um dos escritos de Heidegger poderia traduzir bem o sentido desta pergunta. O que os alunos querem saber é: “O que é isto – a Filosofia?” - com ênfase no “isto”. Se usarmos a linguagem de alguns deles, poderíamos traduzir a questão por: “Que bagulho é este, Filosofia (ou “Fisolofia”)?

A segunda pergunta é: “Para que Filosofia?” Esta questão demanda e cobra respostas não apenas sobre a finalidade da Filosofia mas, principalmente, sobre sua serventia e sua utilidade. O adolescente quer saber antes de mais nada para que tem de estudar a disciplina – e a urgência, a impaciência e a insistência com que ele faz a pergunta tendem a se intensificar na medida mesma em que não recebe uma resposta imediata e que possa ser prontamente assimilada. Não

* Filósofo e Professor. É professor da Faculdade de Educação do Litoral Sul Paulista – FALS.
Contato: pgomes@fals.com.br

raramente, a segunda pergunta aparece logo após a primeira, quase que confundida com ela, sem dar ao professor o tempo e o fôlego necessários para respondê-las.

Essa atitude do aluno do Ensino Médio põe o professor de Filosofia diante de desafios e dilemas bastante concretos e árduos. Ele é tacitamente convocado para uma tarefa cuja consecução é, em última análise, impossível: a de conceituar e justificar toda a Filosofia e seu ensino em meia dúzia de palavras – palavras que o aluno quer compreender automaticamente, sem qualquer esforço de inteligência ou de reflexão. A compreensão do que seja a Filosofia, de sua finalidade, de sua serventia e utilidade, bem como do seu ensino e de seu estudo como disciplina escolar, demanda, ao contrário, uma boa dose de paciência, de perseverança, de reflexão, de humildade.

Uma vez que estas qualidades não se encontram pressupostas ou embutidas no comportamento discente, elas serão, talvez, obtidas como resultado do processo de ensino da Filosofia; mas justamente por conta disso, na trajetória desse trabalho, o professor vê-se como que obrigado a desculpar-se perante os adolescentes por estar tentando ensinar-lhes uma disciplina que exige deles uma atividade tão cansativa e que, como vários costumam lamentar, lhes dá dor de cabeça – a atividade de pensar.

I

Falamos habitualmente na Filosofia pressupondo uma unidade. Mas essa unidade implica uma multiplicidade: a Filosofia é um conjunto de filosofias, ou um acervo de idéias, um patrimônio de respostas que correspondem a algumas perguntas fundamentais. Ao mesmo tempo a Filosofia é um fazer – o filosofar. Este fazer também é plural, se considerarmos que há variados modos de filosofar. E assim, não menos habitualmente, dizemos que existem tantas conceituações ou definições da Filosofia quanto existem filosofias e filósofos.

Além da impaciência do aluno, o professor de Filosofia no Ensino Médio confronta-se, dessa forma, com uma exigência que brota do interior da própria Filosofia: tem de procurar, logo de início, conceituar e justificar sua disciplina contemplando esse duplo caráter, que apresenta a Filosofia como uma realidade ao mesmo tempo una e múltipla. Além disso, tem de fazê-lo de

modo a conduzir os alunos pelo próprio processo do pensar filosófico – um pensar que, também ele, é tanto singular quanto plural.

Origens e importância

Uma alternativa de que dispomos é começar pelas origens – da Filosofia e da palavra “Filosofia”. Começando pela etimologia, remetemos aos termos que formam a palavra e solicitamos que os alunos nos dêem o significado etimológico de Filosofia. Alguns dirão “sabedoria do amor ou da amizade”, no lugar de “amizade ou amor à sabedoria”, mas já é um início. Podemos tomar a definição etimológica como base de um raciocínio que, reproduzindo resumidamente a argumentação socrática que aparece n’O Banquete de Platão, informe a natureza do fazer filosófico. Perguntaremos aos alunos: se o filósofo é um amigo ou um amante da sabedoria, ele a deseja?; se a deseja, sente necessidade dela, sente sua falta?; se sente carência dela, vai em busca dela? A caracterização obtida a partir das respostas a essas questões nos permitirá definir o papel do filósofo e delimitar o fazer filosófico em relação ao ignorante, de um lado, e ao sábio, de outro.

Ainda no que se refere às origens, podemos lembrar que o primeiro pensador a intitular-se filósofo teria sido Pitágoras. Fornecendo aos alunos o dado segundo o qual ele teria vivido no século VI antes de Cristo, podemos propor-lhes que raciocinem sobre as seguintes questões: há quantos anos a Filosofia existe?; com que disciplina do currículo escolar ela se relaciona desde sua origem? Um cálculo aritmético é suficiente para responder a primeira pergunta (“cerca de 2.600 anos”) e basta lembrar que Pitágoras é estudado na disciplina de Matemática para relacioná-la à Filosofia. Talvez estas operações mentais não possam ser classificadas precisamente como filosóficas, mas permitem esboçar uma prática argumentativa.

A menção de Pitágoras possibilita, por outro lado, que se comece a trabalhar com a dimensão metafórica da linguagem, tão importante na Filosofia quanto a argumentação. Citaríamos, no caso, a classificação que Pitágoras teria feito das pessoas que compareciam às Olimpíadas: as

que participam das competições, as que comerciam e as que observam as atividades das demais. Pediremos aos alunos que interpretem essas alusões especificando as classes de pessoas a que elas correspondem na sociedade e indicando em qual delas poderia ser encontrado o filósofo.

A datação das origens da Filosofia – que podemos complementar indicando que o primeiro pensador a ser considerado filósofo teria sido Tales, cerca de meio século anterior a Pitágoras – dá margem a que apresentemos dados e questões sobre a importância da Filosofia. Lembrando que em quaisquer livrarias e bibliotecas razoavelmente supridas podemos encontrar edições de obras de Platão ou de fragmentos dos pré-socráticos, e, além disso, que até o advento da imprensa, na primeira metade do século XV (portanto, por praticamente dois mil anos), a reprodução de tais obras não podia ser feita senão por meio de cópias manuscritas, perguntaremos se os copistas, os leitores, os mestres e outras pessoas teriam se dado a tanto trabalho para preservar e transmitir essas obras se não as considerassem importantes e necessárias em alguma medida. Comparando, podemos indagar quantos e quais livros da atualidade resistirão à prova do tempo e serão reeditados e permanecerão ainda por mais alguns séculos. Talvez seja preciso também explicitar que esse valor atribuído por uma parcela da humanidade e da civilização às obras filosóficas pode ser interpretado como um sinal ou indicativo da utilidade ou serventia da Filosofia.

Produção

Outra via de conceituação da Filosofia, visando a aproximá-la do aluno, passa pela noção de produção do conhecimento. Um filósofo é um pensador, e um pensador pode ser definido como um trabalhador cujas ferramentas e matérias-primas são as idéias. Trabalhar com idéias é algo evidentemente distinto do trabalho braçal ou manual, mas não é menos árduo ou difícil – os próprios alunos comprovam isso quando se recusam a pensar, dizendo que essa atividade é cansativa. A propósito, podemos recontar a anedota do escritor que, visto na varanda de sua casa a fumar seu cachimbo, foi indagado pelo vizinho: “Descansando?” Ele respondeu: “Não,

trabalhando.” Noutro dia, vendo o escritor cortando a grama do jardim, o mesmo vizinho o interpelou: “Trabalhando?” Ele respondeu: “Não, descansando.”

Ciência e Filosofia

Ao mostrar a Filosofia como um processo de produção e as idéias filosóficas como resultado desse processo, podemos conceituá-la em confronto com a Ciência, que aparecerá então como uma outra forma ou tipo de conhecimento. A conceituação, neste caso, se desdobra em vários aspectos. Um deles é o que diz respeito aos modos como Filosofia e Ciência tratam o que chamamos de realidade: a abordagem filosófica tende à totalidade, à visão de conjunto, ao passo que a científica privilegia e busca a especialização; é instrutivo, aqui, apresentar comparativamente o quadro das disciplinas científicas e o das filosóficas.

Outro aspecto é o referente aos métodos. Neste ponto, ao mostrar que o cientista privilegia métodos empíricos e experimentais, calcados na observação e na quantificação, podemos abrir outro parêntese histórico para recordar que a Ciência moderna, iniciada no século XVII, deriva da Filosofia: Galileu Galilei (1564-1642) e Isaac Newton (1642-1727) ainda se definiam como “filósofos naturais”. Não devemos nos envergonhar de repetir aqui o chavão arcaico que apresenta a Filosofia como “mãe da Ciência”, de um lado porque para quase todos os adolescentes essa menção é desconhecida e portanto nem pode ser classificada de chavão, e por outro lado porque, nesse contexto, ela não embute qualquer pretensão de supremacia da parte da Filosofia – é possível até que alguns adolescentes façam piada em torno dessa reivindicação de maternidade.

É recomendável que, ao descrever e comparar os métodos, mostremos que tanto filósofos quanto cientistas, e portanto seus respectivos conhecimentos, não são infalíveis, mas, ao contrário, estão sujeitos a erros e descaminhos. É a oportunidade de lembrarmos não só que o conhecimento científico evolui na medida em que uma teoria critica e refuta outra teoria mas também que em alguns casos, como os das pesquisas cosmológicas, nem mesmo é possível experimentar e comprovar as hipóteses. Uma vez que tais critérios permanecem incógnitos para

o leigo, que persiste acreditando que o “comprovadamente científico” é sinônimo de um conhecimento exato e definitivo, apresentar tal imagem da Ciência constitui um esclarecimento não só oportuno como essencial.

Por outro lado, prestaremos um serviço à própria Ciência se mostrarmos aos alunos que o conhecimento científico é tão discutível quanto o filosófico. A conceituação da Filosofia, neste caso, passa pelo reconhecimento de que, realmente, na história do pensamento filosófico, muitas respostas são dadas para cada pergunta, mas a Ciência não escapa de uma multiplicidade semelhante: na produção do conhecimento científico, para cada problema proposto apresentam-se múltiplas hipóteses, prevalecendo a mais provável e/ou mais eficaz. A diferença está em que a Filosofia ainda insiste em perseguir a verdade ontológica, um pensamento capaz de dizer a realidade essencial do Ser, ao passo que a Ciência se (pre)ocupa em estabelecer hipóteses e teorias que funcionem e estejam de acordo com a percepção e a observação humanas.

A razão prática e a História

Já a análise comparativa da Filosofia e da Ciência no que respeita aos seus efeitos e produtos permite que retomemos a questão da utilidade prática do conhecimento filosófico. Os frutos da ciência aplicada, mais conhecida como tecnologia, não precisam mais que de uma enumeração, já que os adolescentes os têm visíveis e palpáveis em seu dia-a-dia. Os produtos do pensamento filosófico dependem de uma explicitação, mas não demandam um grande esforço. Podemos mencionar problemas éticos e morais, lembrando que aí a Filosofia encontra um meio quase exclusivo de aplicação enquanto conhecimento, na qualidade de razão prática. Mas não precisamos nos inibir de remeter às transformações sociais e políticas que se deram na História como resultantes de processos que foram originalmente impulsionados por idéias filosóficas.

A Revolução Francesa e a Revolução Soviética, com os respectivos mundos por elas instaurados, podem ser vistas como produtos de um processo que envolveu, em primeiro lugar, homens de pensamento (alguns deles, filósofos), e, em seguida, homens de ação influenciados e/ou movidos pelas idéias propostas e defendidas pelos primeiros. Podemos (e talvez devamos)

admitir que, na passagem do pensamento para a ação, as idéias filosóficas se convertem em ideologia, mas esta é apenas mais uma razão para verificar o quanto elas se incorporaram às instituições sociais, à sua organização jurídica e sua fisionomia política, e de uma forma tão arraigada quando inconsciente, a ponto de todos, em maior ou menor medida, repetirem cotidianamente, sem perceber, idéias que nos séculos XVIII ou XIX, durante o Iluminismo ou nos debates em torno do socialismo, eram consideradas subversivas. Se fosse o caso de pagar direitos autorais pelo uso dessas idéias, caberia convidar os jovens alunos a calcularem o quanto estariam devendo a filósofos como Voltaire, Montesquieu, Kant etc. a cada vez que discutissem a situação político-social do País ou reivindicassem sua liberdade, seus direitos etc.

O espanto

Ainda no capítulo Ciência versus Filosofia, ao tratarmos das motivações básicas do filósofo e do cientista, podemos aprofundar a caracterização do pensar filosófico remetendo ao tema do espanto, do páthos a que se refere Heidegger na obra que já citamos^[1]: o que origina o filosofar e ao mesmo tempo nele impera é esse espanto que faz com que o pensador se admire de que as coisas sejam assim e não de outra forma, de que haja o Ser e não o Nada. O Nietzsche de A Filosofia na Época Trágica dos Gregos pode nos ajudar nesse trabalho comparativo: ao escrever sobre Tales, diz que “O filósofo busca ressoar em si mesmo o clangor total do mundo e, de si mesmo, expô-lo em conceitos”. Preso à empiria, o conhecimento científico, segundo Nietzsche, avança vagarosa e cautelosamente, tateando e rastejando à maneira dos vermes. O filósofo e o cientista são equiparados a dois andarilhos diante de um regato selvagem: “o primeiro, com pés ligeiros, salta por sobre ele, usando as pedras e apoiando-se nelas para lançar-se mais adiante, ainda que, atrás dele, afundem bruscamente nas profundezas. O outro, a todo instante, detém-se desamparado, precisa antes construir fundamentos que sustentem seu passo pesado e cauteloso; por vezes isso não dá resultado e, então, não há deus que possa auxiliá-lo a transpor o regato.” A Filosofia escolhe e discrimina “o insólito, assombroso, difícil, divino”, ao passo que a Ciência, “sem esse refinamento de gosto, precipita-se sobre tudo o que é possível saber”^[2]. Poderíamos

traduzir e resumir esse pensamento dizendo que o cientista é uma espécie de gourmand, enquanto que o filósofo é um gourmet.

Não é o caso, entretanto, de nos precipitarmos, tomando essas metáforas como motivos para desenhar um quadro prestigioso da Filosofia, às custas da Ciência. De um lado, porque não é fácil aos alunos adolescentes perceberem nas referências acima o prestígio que buscamos ou vislumbramos. De outro, porque ao falarmos das andaduras da Filosofia e da Ciência, temos de tratar de seus respectivos caminhos e destinos, retomando a questão da finalidade, ou seja, do para-quê. Em relação ao conhecimento científico, as demandas dos alunos costumam se resolver de forma breve e sucinta, satisfazendo-se com as noções de ciência pura e ciência aplicada. E quando imaginamos e levamos os estudantes a imaginar, no primeiro caso, aquele cientista que quer conhecer por conhecer e que na verdade tem mais prazer e satisfação em ampliar as fronteiras do conhecimento do que em encontrar novas aplicações para ele, não surge no horizonte de nossas aulas nada que se pareça a uma crítica ao que se poderia tomar como diletantismo ou ociosidade. Já no caso da Filosofia, é difícil evitar a impressão de que um questionamento mudo lateja e se prolonga indefinidamente.

E talvez a própria Filosofia e o professor da disciplina dêem motivo para essas reticências latentes, latejantes e infindas.

II

Que resposta a Filosofia pode dar ao aluno que pergunta: “afinal, para que a Filosofia existe?”

Viagem

A etimologia já indica o caminho: se filosofar é amar e buscar a sabedoria, a Filosofia tem por finalidade encontrar a sabedoria. Mas, parodiando Mênon, como buscar e encontrar algo que não sabemos o que é e como é?^[3] O andarilho de que fala Nietzsche salta sobre o rio, mas a via que ele tem então diante de si é infinita. Como o mesmo filósofo escreve num poema intitulado

justamente “O Andarilho”, este “vai pela noite/ A passos largos;/ Só curvo vale e longo desdém/ São seus encargos./ A noite é linda -/ Mas ele avança e não se detém./ Aonde vai seu caminho ainda?/ Nem sabe bem.” O pássaro ante o qual ele equivocadamente se detém o avalia e indica seu destino: “Sozinho, a noite não está linda / Que importa a ti? Deves ainda/ Seguir, andar/ E nunca, nunca, nunca parar!”[\[4\]](#)

Este tipo de sentença, que condena o filósofo a uma busca e uma andança infinitas, não está em desacordo com o que lemos n’O Banquete: a bela sophia que o filósofo ama e persegue é a sabedoria dos deuses, pois os deuses são sábios, ao passo que o filósofo é apenas um mortal, que só não se confunde com os ignorantes porque tem consciência da própria ignorância. Portanto, ele carece de algo que é maior que ele e maior que o homem – uma sophia divina, que lhe acena do infinito e que ele sabe ser inatingível mas que continua a desejar.[\[5\]](#) Sob esta forma, a Filosofia constitui talvez o que há de mais sensato e mais insensato no ser humano: busca sem fim por um ideal que nunca se alcança, ela é ao mesmo tempo paciente e desiludida, frustrada e luminosa, humilde e ambiciosa – trabalho e viagem intermináveis, que o filósofo assume conscientemente, como missão que, ele sabe, não será cumprida. Por isso mesmo, a Filosofia é integralmente e profundamente humana: exprime o ser do homem, dividido entre a imanência e a transcendência, entre o terreno e o divino.

Mas há outras coisas que podem ser equiparadas a viagens, e uma delas é a existência humana – tanto a da espécie quanto a de cada indivíduo. Perguntemos aos alunos se, estando na viagem da vida, eles querem chegar logo ao destino, ao fim da viagem, ou se preferem que ela, demorando o máximo possível, lhes permita contemplar e apreciar a paisagem. Depois de recolhidas as respostas, podemos lhes dizer que a Filosofia é parte dessa viagem de contemplação e apreciação da paisagem. Trata-se de uma iniciativa humana, que serve enquanto dura: isso não é negar a serventia, mas defini-la. Há movimentos, gestos, ações cuja serventia só se realiza na medida em que são executados: por exemplo, exercitar o corpo serve para modelá-lo, desenvolver os músculos, combater a obesidade, mas essa serventia não ultrapassa o tempo de duração dos exercícios – estes não podem ser aplicados ou “usados” em atividades de outra natureza. Neste sentido, o pensar filosófico é uma ginástica mental que vale e

serve tanto quanto a ginástica corporal; pode-se atribuir-lhe o poder de exercitar e desenvolver a mente, ativar neurônios, criar novas sinapses...

Trabalho-de-Sísifo

No entanto, como já sugerimos, este tipo de argumento não tem a virtude de convencer os alunos a respeito da necessidade da disciplina de Filosofia: o fato de terem de exercitar seus cérebros com o pensar filosófico não pacifica mas aguça neles o interrogatório sobre “onde” vão usar essa coisa chamada Filosofia. A insistência nessa pergunta revelará certamente a incompreensão do aluno a respeito da natureza da Filosofia e sugerirá ao professor que todo seu trabalho de explicitar e explicar essa natureza não passou de um trabalho-de-Sísifo. Ele, o professor, já disse que o conhecimento filosófico pode ser aplicado no campo da moral, ou mesmo da política; que mais quer o aluno? Sabemos o que ele quer: encara a Filosofia como uma técnica, e exige que ela possa ser “usada” em alguma atividade. Cumpre, então, responder-lhe que a Filosofia não é uma técnica, embora alguns de nós já tenham sido tentados a justificar o ensino da disciplina aproximando o discurso filosófico do poético num sentido bastante prático: ele seria útil para aprimorar os recursos da sedução, como evidencia o filme “O Carteiro e o Poeta”...

É preciso, então, recomeçar o trabalho: a pedra rolou montanha abaixo e deve-se levá-la novamente montanha acima. Dessa vez, trata-se de retomar a questão da utilidade e, como se está numa aula de Filosofia, deve-se fazê-lo filosoficamente. Assim, resta-nos perguntar ao aluno o que é utilidade, o que é ser útil, e se devemos exigir que todos os seres, todas as coisas do mundo sejam úteis. Cabe indagar inclusive qual é a utilidade de se perguntar qual é a utilidade... Demonstraremos, certamente, que em alguns sentidos a Filosofia é útil, em outros não. Assim como o próprio aluno verificará que em alguns sentidos ele é útil, em outros não. E para que envolver o aluno no questionamento? Para mostrar-lhe que a Filosofia é um fazer humano, e o é no sentido de que, ao perguntarmos à Filosofia, concretamente perguntamos a nós mesmos e sobre nós mesmos.

Consciência crítica

Essa idéia tem a ver com duas noções caras à Filosofia e ao seu ensino: as noções de reflexão e de consciência crítica. Pensar filosoficamente é refletir, voltando o pensamento para e sobre nós mesmos, para e sobre o próprio pensamento. E na medida mesma em que é um refletir, um pensar sobre a nossa existência e nosso pensamento, a Filosofia não apenas é como também provê a consciência crítica. Daí porque, nos últimos anos, nos cansamos de repetir que o ensino de Filosofia deve visar e contribuir para o “despertar da consciência crítica” no e do estudante. Desse modo, a consciência crítica e seu desenvolvimento tornaram-se a panacéia e ao mesmo tempo o instrumental do ensino de Filosofia: procuramos “desenvolver a consciência crítica” no e do aluno por meio, é claro, da própria consciência crítica.

No entanto, como sabemos, a consciência e a crítica não são coisas e nem há receitas para elas, portanto a rigor não se trata de nem há como propriamente despertá-las e desenvolvê-las. Elas, digamos simplificando bastante o problema, acontecem, surgem e têm seu tempo apenas na medida e no momento em que algo é pensado. Para caracterizá-las, comparemos sua condição ao que ocorre com a memória do aluno em dia de prova: “Eu tinha tudo na cabeça; agora, fugiu tudo...” Assim, a famigerada consciência crítica não é uma técnica nem um meio de desenvolver técnicas – não é uma coisa que o ensino de Filosofia possa oferecer para ser usada ou aplicada em outro lugar, não é algo útil no sentido que a maioria das pessoas atribui à palavra.

Ideologia versus Filosofia

Isso não significa que devemos abrir mão dela. Ao contrário: ela continua a guardar aquela serventia relacionada à ginástica mental. E podemos mostrar ao aluno tal serventia da maneira seguinte. Perguntemos a ele: “Você admite qualquer pessoa no interior de sua casa? Deixa que qualquer um entre no seu quarto?” Depois de ele responder, voltamos a perguntar: “E quanto à sua mente, Você permite que qualquer idéia entre nela?” Notemos que o espaço, digamos, da

mente é bem mais íntimo que o da casa ou do quarto. Prossigamos nosso questionamento: “Ao contrário do que costuma ocorrer com sua casa ou seu quarto, não acontece de Você deixar entrar em sua mente umas idéias quaisquer, sem perceber, sem se dar conta delas? Por exemplo, Você pode dizer a todo o mundo que não é racista, mas pode haver em sua mente alguma idéia racista, que Você acaba percebendo tarde demais, quando ela se manifesta inadvertidamente, ultrapassando a barreira dos dentes”.

Diremos ao aluno que essas idéias que todos temos sem percebê-las, isto é, sem ter consciência delas, e que se enraízam em nosso inconsciente e subconsciente como plantas óbvias e familiares, essas idéias compõem o que chamamos de ideologia – a qual se caracteriza, para alguns autores, justamente por constituir uma espécie de inconsciente coletivo. Em contraste, a Filosofia é pensar sabendo o que se pensa, pensando sobre o que se pensa. Numa palavra, a Filosofia é consciência – consciência cuja serventia (cuja função, se quisermos) pode estar em fazer a crítica dessa ideologia. Essa crítica consiste em projetar sobre essas idéias a luz da estranheza, em retirar de sobre elas o véu de obviedade e familiaridade que as recobre – invertendo portanto a trajetória inicial do aluno, que começa por tomar a Filosofia como estranha.

Por outras palavras, estaremos talvez cumprindo parte essencial de nossa tarefa, de acordo com a arkhé da Filosofia, se a partir de então o aluno desviar da Filosofia para o mundo e para si mesmo esse olhar de estranhamento que descobre o insólito, o contraditório, o absurdo, sob o óbvio, o natural, o familiar. A reflexão filosófica estabelece esse distanciamento crítico que permite ao jovem aperceber-se de que, mais que a Filosofia, estranho é o próprio mundo, estranhos são os humanos, com suas divisões e contradições.

III

Com que conseqüências? Uma aluna já chegou a me questionar, com alguma reprovação e censura: “Você não tem medo de que algum aluno se mate?”

O equilibrista e a Filosofia

Na verdade, eu mesmo me interroguei, nos primeiros anos de meu magistério filosófico: “Um equilibrista filosofa? Se um equilibrista filosofa, ele cai?”

É bem possível que muitos se equilibrem melhor não refletindo sobre a corda bamba, sobre cada passo, sobre a travessia toda. Seguramente, muitos dizem que é melhor viver sem pensar na própria vida, sobretudo sem pensar no que poderia ser o seu sentido; seria o mesmo que procurar chifre em cabeça de cavalo – uma busca insensata, que só atrapalharia o próprio viver. Neste caso, sim, é possível concluir que o filosofar desequilibraria o equilibrista e é necessário levar em conta o risco de sua queda.

Mas ninguém é obrigado a filosofar e, sobretudo, não é possível obrigar quem quer que seja a filosofar: um filosofar obrigatório, compulsório, não é um filosofar, pois alguém só filosofa quando se dispõe a isso. O espanto é ao mesmo tempo convocação e disposição: o filósofo não é simplesmente um possuído, alguém dominado e conduzido pelo páthos do espanto, mas alguém que se deixa levar, que aceita o chamado e consente em repercutir em si mesmo a sinfonia do mundo.

Música e antimúsica

Voltando à sala de aula: mesmo a exposição mais clara, mesmo o mais forte encadeamento de idéias, mesmo as evidências lógicas e empíricas não são suficientes para forçar um aluno a aceitar e interiorizar pensamentos e argumentos que sua mente, com suas idéias, crenças ou ilusões, rejeita ou não admite. Conceitos pouco agradáveis para o narcisismo e o egocentrismo, como o da contingência, encontram com frequência defesas inexpugnáveis e intransponíveis nas mentes dos alunos.

Que a ideologia costume ter franco acesso a essas mentes, enquanto a Filosofia é barrada ou tratada com desconfiança ou zombaria, é um fato a revelar que hoje, como na Grécia antiga, o pensamento – sobretudo o questionamento – filosófico não conta com um mundo propriamente amistoso, isso quando ele não lhe é francamente hostil.

Essa condição faz lembrar uns versos de um poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “Beethoven”: “Meu caro Ludwig, que vens fazer nesta hora/ de antimúsica pelo mundo afora?”

Com efeito, a Filosofia é música: a busca de uma harmonia ideal e universal, a nostalgia das belas essências contempladas no topos uranos. Mas é também antimúsica: a dissonância das dúvidas e dos (auto)questionamentos; as inquições socráticas na ágora. Se ela seduz e encanta, também incomoda e irrita; choca e paralisa como faz a raia elétrica[6]; desestabiliza certezas e destrói reputações de sapiência. Aqueles que não permitem que penetre em suas mentes devem ter, portanto, seus motivos. Ela não lhes parece normal; apesar de seu constante apelo à razão, não aparenta ser razoável. Ela é ao mesmo tempo o equilibrista que labuta e sua para estabilizar-se na corda bamba e é a própria corda bamba, que balança sem parar – pois se a Filosofia questiona as pessoas, é ainda com mais vigor e rigor que questiona e critica a si mesma. Lembremos Pascal: “Zombar da filosofia é, em verdade, filosofar.”[7]

Filosofia e liberdade

Por outro lado, o fato de não dispor no seu entorno, por assim dizer, de um mundo amistoso só prova que o filosofar pressupõe necessariamente a liberdade: não há nenhuma relação direta, nenhuma determinação instantânea entre a vida e suas circunstâncias, de um lado, e a Filosofia, de outro. Quem filosofa não encontra estímulos imediatos para fazê-lo, já que as condições são adversas e a ordem das coisas conspira contra o filosofar.

Assim, no final das contas – ou mesmo antes de mais nada –, filosofa quem quer e escolhe filosofar, mesmo quando premido pelo mais urgente problema, mesmo sob o império do páthos. Se o equilibrista filosofar, ele o fará por sua vontade e decisão, não pelo mero fato de ter de equilibrar-se na corda bamba. Pode preferir rezar, assim como deviam ter feito as pessoas que liam o “conhece-te a ti mesmo” inscrito no templo de Delfos: elas simplesmente entravam no templo e aí faziam suas preces.

Sócrates escolheu ir ao mercado para interrogar as pessoas e a si mesmo.

IV

Em tempo: por causa de idéias e questões filosóficas, nenhum de meus alunos até este instante jamais se matou...

Referências bibliográficas

HEIDEGGER, Martin. Que é isto – a Filosofia? São Paulo: Abril Cultural, 1973.

NIETZSCHE, Friedrich. A Filosofia na Época Trágica dos Gregos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PASCAL, Blaise. Pensamentos. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PLATÃO. O Banquete. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

_____. Mênon. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001.

[1] Martin Heidegger, Que é isto – a Filosofia?, in Os Pensadores, vol. XLV, p. 219.

[2] Friedrich Nietzsche, A Filosofia na Época Trágica dos Gregos, in Os Pensadores, vol. I, p. 17-18.

[3] Platão, Mênon, 80 e: “Sócrates – Compreendo que tipo de coisa queres dizer, Mênon. Vês quão erístico é esse argumento que estás urdindo: que, pelo visto, não é possível ao homem procurar nem o que conhece nem o que não conhece? Pois nem procuraria aquilo precisamente que conhece – pois conhece, e não é de modo algum preciso para um homem tal procura – nem o que não conhece – pois nem sequer sabe o que deve procurar./ Mênon – Não te parece então que é um belo argumento esse, Sócrates?”

[4] Friedrich Nietzsche, “O Andarilho”, in Os Pensadores, vol. XXXII, p. 412.



Periódico de Divulgação Científica da FALS
Ano III - Nº V- Jun/ago de 2009 - ISSN 1982-646X

[5] Platão, O Banquete, 200 a – 206 a.

[6] Platão, Mênon 80 a-b: “Mênon – (...) E, se também é permitida uma pequena troça, tu me pareces, inteiramente, ser semelhante, a mais não poder, tanto pelo aspecto como pelo mais, à raia elétrica, aquele peixe marinho achatado. Pois tanto ela entorpece quem dela se aproxima e a toca, quanto tu pareces ter-me feito algo desse tipo.”